



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 788, DE 2023

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre o cordão de girassol como símbolo para identificação da pessoa com deficiência oculta ou não aparente.

**AUTORIA:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)



[Página da matéria](#)

# PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*, para dispor sobre o cordão de girassol como símbolo para identificação da pessoa com deficiência oculta ou não aparente.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre o cordão de girassol como símbolo para identificação da pessoa com deficiência oculta ou não aparente.

**Art. 2º** Os arts. 8º e 9º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 8º** .....

§ 1º O Poder Público realizará campanhas de conscientização sobre os direitos e as garantias instituídas por esta Lei, promovendo o respeito à diversidade e, particularmente, às pessoas com deficiência.

§ 2º As campanhas instituídas na forma do § 1º deste artigo devem dedicar especial atenção à divulgação dos símbolos relacionados às pessoas com deficiência, inclusive aqueles que indicam a existência de deficiência oculta ou não aparente.” (NR)

“**Art. 9º** .....

§ 3º Fica definido que o uso de cordão com desenho de girassol habilita a pessoa com deficiência oculta ou não aparente ao atendimento prioritário disposto neste artigo.

§ 4º O uso do cordão com desenho de girassol pela pessoa com deficiência oculta ou não aparente é facultativo.

§ 5º A não utilização do cordão de girassol não implica qualquer prejuízo ou perda de direitos e garantias à pessoa com deficiência oculta ou não aparente.” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

As pessoas frequentemente passam por constrangimentos ao tentar usufruir de direitos como o atendimento preferencial. Ao contrário de, por exemplo, cadeirantes, costumam ser interpeladas ou até mesmo hostilizadas por pessoas que suspeitam que elas possam estar tentando obter alguma vantagem indevida, obrigando-as a sacar laudos e atestados para provar sua boa-fé. Em alguns casos, como quando sofrem com elevada ansiedade social, essa insegurança já é suficiente para gerar sofrimento, que acaba por representar uma barreira ao exercício regular de direitos.

Por isso, há quase dez anos, foi criado na Inglaterra o “cordão de girassol”, uma fita que se assemelha a um crachá, com a finalidade de identificar pessoas cuja deficiência não seja facilmente reconhecível durante sua interação social.

Trata-se de medida que facilita o acesso a garantias e direitos, como o usufruto da prioridade em instituições e serviços de atendimento ao público, bem como no acesso a proteção e socorro em casos de emergência.

A iniciativa é tão importante que assembleias legislativas, como a de Mato Grosso, e câmaras de vereadores, como a de Belo Horizonte, vêm aprovando leis locais para garantir que o uso símbolo seja suficiente para o acesso a direitos como os mencionados.

Por isso, proponho que o Congresso Nacional aprove uma norma instituindo o uso do cordão de girassol no País, a fim de dar instrumentos a essas pessoas para que possam ser reconhecidas e, dessa forma, se habilitem a usufruir, sem constrangimentos, os direitos que a legislação lhes assegura.

Tal medida, entretanto, precisa vir em conjunto com campanhas de conscientização e divulgação do símbolo. E, especialmente, do entendimento de que se trata de uso facultativo, não implicando em perda de qualquer direito a recusa em utilizá-lo.



SF/23779.48715-00

Por considerar a iniciativa justa e necessária, conto com o apoio de meu Pares à aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

Senador STYVENSON VALENTIM



SF/23779.48715-00

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - 13146/15

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015;13146>

- art8

- art9